

Relatório da
Conferência Interparlamentar dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu
«Covid-19: impacto na saúde e efeitos sociais»

Lisboa, 13 de abril de 2021
(videoconferência)

I. Enquadramento

A Conferência Interparlamentar sobre «Covid-19: impacto na saúde e efeitos sociais» realizou-se em Lisboa, no dia 13 de abril de 2021, no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (ARPPUE), com o seguinte Programa:

1. Sessão de Abertura
2. Sessão I - O combate à pandemia de Covid-19 - Quais os contributos para a definição de uma política de saúde europeia mais forte?
3. Sessão II: Impacto socio-laboral da pandemia no emprego
4. Sessão III: Pilar Europeu dos direitos sociais: implementação do Pilar e reforço dos sistemas de saúde

Atendendo às circunstâncias excecionais impostas pela pandemia de Covid-19, o aludido evento assumiu a forma de videoconferência, a partir da Assembleia da República, e contou com a participação de 22 Parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu (PE).¹

Integraram a Delegação da Assembleia da República a Presidente da Comissão de Saúde, Deputada **Maria Antónia de Almeida Santos** (PS), o Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado **Pedro Roque** (PSD), e os Deputados, membros das referidas Comissões, **Ana Rita Bessa** (CDS-PP), **António Maló de Abreu** (PSD), **Helga Correia** (PSD), **Hortense Martins** (PS), **João Paulo Pedrosa** (PS) e **Sónia Fertuzinhos** (PS).

A assessoria foi prestada pelo Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Bruno Dias Pinheiro, pela equipa de coordenação da AR-PPUE e pelas equipas de apoio à Comissão de Saúde e à Comissão de Trabalho e Segurança Social.

¹ A lista de participantes está disponível neste [link](#).



Na conferência foram debatidos quais os contributos que o combate à pandemia de Covid-19 trouxe, e ainda pode trazer, para a definição de uma política de saúde europeia mais resiliente, o impacto socio-laboral da crise da pandemia no emprego e a implementação do Pilar Europeu dos direitos sociais, sendo feita também uma reflexão sobre o papel da União Europeia.

II. Da Conferência Interparlamentar

1. Sessão de abertura

A Sessão de Abertura foi presidida por S. Exa. o Presidente da Assembleia da República, **Eduardo Ferro Rodrigues**², que deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu a organização desta iniciativa, que visou refletir sobre a pandemia provocada pela Covid-19, que assumiu um impacto substancial a nível global e europeu, como pode ser confirmado pelos dados estatísticos disponíveis. Referiu as restrições à liberdade de circulação e à fruição da vivência em sociedade a que a pandemia obrigou e a queda dos indicadores económicos referentes ao produto interno bruto, atividade económica, emprego, consumo, comércio, rendimentos, esperança média de vida e taxa de natalidade. Salientou que é necessário pensar em como nos devemos preparar para futuras situações de pandemia, ponderar o que é adequado utilizar para o seu combate, em termos dispositivos de defesa e proteção civil, e ainda como se poderão evitar sobrecargas nas unidades de cuidados intensivos. Recordou que as instituições europeias não têm uma capacidade instalada, como têm os Estados nacionais, e que o processo de vacinação na UE se iniciou antes disso acontecer em muitos outros países. Refletiu ainda sobre o papel da medicina de reabilitação no tratamento dos danos provocados pelo vírus em muitos dos que foram infetados, havendo que equacionar se estaremos perante uma doença crónica. Lembrou os problemas na área da saúde mental provocados pela pandemia, o impacto que esta teve na organização do trabalho e o crescimento dos casos de pessoas em situação de sem-abrigo. Disse considerar que é preciso analisar quais as medidas de saúde pública adicionais que deverão ser adotadas a nível nacional, europeu e multilateral e o que fazer para contrariar clivagens sociais e o agravamento de desigualdades. Concluiu manifestando solidariedade para com todos quantos têm sido afetados pela pandemia, prestando homenagem aos que perderam a vida, e convidando os presentes a assistir a um pequeno vídeo³, que constitui um tributo simbólico da Assembleia da República às vítimas do novo coronavírus.

² Intervenção integral do Presidente da Assembleia da República neste [link](#).

³ Vídeo disponível neste [link](#).

2. Sessão I - O combate à pandemia de Covid-19 - Quais os contributos para a definição de uma política de saúde europeia mais forte?

Na primeira Sessão, presidida pela Presidente da Comissão de Saúde, Deputada **Maria Antónia de Almeida Santos**, sob o título «*O combate à pandemia de Covid-19 - Quais os contributos para a definição de uma política de saúde europeia mais forte?*», foram discutidas as seguintes questões: Que lições devem ser extraídas da pandemia de Covid-19 no que diz respeito às políticas de saúde da UE e dos seus Estados-Membros, e o que pode ser melhorado para que a resposta a crises sanitárias futuras seja mais eficaz? Que medidas, em particular, podem ser adotadas para melhorar a cooperação entre os Estados-Membros da UE em matéria de saúde? Como podem a UE e os seus Estados-Membros melhorar o fornecimento dos principais medicamentos de forma a tornarem-se, cada vez menos, dependentes das importações? Como podem as soluções digitais ser aproveitadas, de forma mais eficaz, na gestão de crises?

A **Presidente da Comissão de Saúde**, após dar as boas vindas a todos os participantes, começou por referir que é indubitável que a Covid-19 irá cunhar uma era. Deu nota da dura realidade da pandemia e da resposta exigente que a mesma está a implicar, por vezes até ao extremo do trauma civilizacional. De um ponto de vista organizacional e estrutural e no contexto da União Europeia, sublinhou a urgência do debate em torno do futuro. Salientou que esta luta mundial tem realçado a importância da aposta numa relação cada vez mais recíproca e sucessiva entre os Estados-Membros, privilegiando parcerias, modelos de cooperação, sinergias e alianças estratégicas. Aludiu às diversas frentes, no campo da saúde, em que a UE tem combatido, tendo realçado o «Programa da UE pela Saúde 2021-2027» e a vacinação contra a Covid-19, que tem acelerado em toda a União Europeia, bem como a proposta de implementação do Certificado Verde Digital e a «Incubadora Hera». Assim, lançou o mote para o debate sobre se a UE está a aproveitar esta pandemia para fortalecer os sistemas de saúde dos Estados-Membros e a construir um sistema de saúde europeu mais resiliente. Agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Dr. António Lacerda Sales, que, face ao imprevisto de agenda, veio em substituição da Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido.

António Lacerda Sales⁴, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde (SEAS), saudou o Parlamento português que, tal como na generalidade dos Estados-Membros, se manteve sempre em funções durante a pandemia, bem como a organização da Conferência Interparlamentar em curso, que reforça a importância do diálogo entre os Parlamentos. Agradeceu todo o trabalho parlamentar que tem sido desenvolvido, lembrando que ninguém imaginou que fosse possível uma ameaça com esta dimensão, mas que a resposta será mantida com energia e convicção.

⁴ Intervenção integral do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde neste [link](#).

Disse que é necessário ter capacidade de olhar para o futuro e de antecipar respostas às dificuldades que continuarão a surgir e que os impactos na saúde provocados pela Covid-19 têm colocado à prova todas as estruturas de saúde, a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e a capacidade de reorganização de serviços e profissionais. Mas, por outro lado, entendeu que foi reforçada a importância das respostas intersectoriais, a capacidade de inovação e transformação e melhorou a capacidade de respostas em saúde pública. No que respeita aos profissionais de saúde, o SEAS chamou a atenção para o esforço sem limites que fizeram durante esta crise sanitária e para as marcas que este combate neles deixará. Lembrou a necessidade de acompanhamento das pessoas que foram infetadas, por causa das sequelas, bem como das que têm outras patologias e precisam de retomar os cuidados. Considerou que terão de se repensar os sistemas de saúde e a medicina que se pratica, bem como reforçar a humanização dos cuidados. Salientou que a saúde tem de estar em todas as políticas, porque todas as políticas setoriais atuam decisivamente sobre todos os seus determinantes. Realçou que a pandemia atingiu com especial intensidade os mais vulneráveis, sendo necessário colocar todo o empenho na sua proteção, o que este Governo está efetivamente a fazer, tal como o fez em relação aos mais vulneráveis por razões de idade. Disse que combater a crise de saúde é também combater a crise económica e social e que este trabalho continuará, para que seja possível responder aos inúmeros desafios do futuro.

De seguida, **Stella Kyriakides**⁵, Comissária Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, referiu que a pandemia provocada pela Covid-19 desafiou a Europa de uma forma sem precedentes e notou os esforços desenvolvidos para que fosse dada uma resposta resiliente, coordenada e unida, virada igualmente para a construção de um sistema de saúde mais forte e preparado para o futuro. Salientou a estratégia de vacinação da UE como um exemplo da colaboração e solidariedade em ação, destacando a produção e entrega em tempo recorde de vacinas seguras e eficazes, lembrando que sai reforçada a convicção de que se precisa de mais Europa na Saúde. Daí as propostas da Comissão, que dotarão a UE de mecanismos que permitam aumentar o grau de preparação, prevenção e resposta a ameaças futuras, como o reforço da Agência Europeia do Medicamento e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo e a proposta de criação de uma Autoridade de Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), pedra de toque da resposta da UE a estas ameaças, antecipando-as e identificando as soluções adequadas a permitir uma resposta rápida e eficaz a emergências sanitárias futuras. Referiu também que uma UE mais saudável, resiliente e igualitária representa um desafio complexo, mas exequível, através de medidas com impacto concreto na saúde dos europeus, como o Plano Europeu de Combate ao Cancro e a nova Estratégia Farmacêutica Europeia. Lembrou ainda que a Covid-19 implicou profundas mudanças e chamou igualmente a atenção para áreas em que se

⁵ Intervenção integral da Comissária Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar neste [link](#).

pode e se deve melhorar, para a proteção de todos os cidadãos europeus, revelando desafios que só poderão ser enfrentados através da cooperação e da união de esforços.

No período de debate que se seguiu, intervieram Deputados das delegações dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, que referiram algumas das lições que podem ser aprendidas com a pandemia da Covid-19, salientando a necessidade de cooperação e coordenação da resposta europeia à pandemia, bem como de garantir medicamentos e vacinas e promover a investigação científica, investindo mais na pesquisa e estudos de forma coordenada e na telemedicina. Uma vacinação rápida foi entendida como fundamental, sendo preciso igualmente assegurar a prevenção e ter uma estratégia de longo prazo, que permita um acesso equitativo e universal a todos. Foram manifestadas preocupações sobre como irão os sistemas de saúde recuperar após a pandemia, sobre a necessidade de alinhamento dos Estados-Membros com as Agências Europeias, que têm de ser reforçadas, e da consciencialização de todos de que, nesta era de globalização, uma pandemia não afeta os países a nível individual. A transparência no processo de negociação das vacinas foi também referida como necessária, sendo importante criar mecanismos de articulação entre os Estados-Membros, pois a saúde pública não será mais um assunto de fronteiras. A solidariedade foi entendida como um aspeto muito relevante, quer a nível interno, quer a nível mundial, designadamente com os países mais vulneráveis. Salientou-se ainda a grande dedicação dos profissionais de saúde e a importância de investir na sua formação profissional. Em suma, foi entendido que a pandemia mostrou como a saúde pode ser determinante para a economia e para a sociedade.

Hortense Martins, Deputada à Assembleia da República, fez a sua intervenção nos termos que se seguem:

«Em Portugal superamos muitas vezes as nossas capacidades: reforçamos os orçamentos para salvar vidas, agilizámos procedimentos e o nosso SNS e sistema de saúde enfrentou esse desafio ao serviço dos portugueses, com uma enorme dedicação dos nossos profissionais de saúde. Todos queremos aumentar o acesso, diminuir as desigualdades para os nossos concidadãos e humanizar as nossas instituições. Com mais união, coordenação, inovação e solidariedade enfrentaremos melhor os desafios. Mas precisamos de aprofundar as respostas ao nível da concertação, reforçando as instituições (por ex. a EMA); acelerar o processo de vacinação, que neste trimestre entrará numa fase importante, com mais disponibilidade de vacinas; continuar a garantir a segurança das vacinas e o acesso universal, a melhoria dos processos e sua simplificação evitando redundâncias, ao nível das várias agências. E ainda diminuir a dependência de elementos básicos, aumentando a produção em proximidade, com a tão falada reindustrialização; temos de ter maior capacidade de negociação de preços, quanto aos medicamentos e, em particular, no respeitante a medicamentos inovadores, aumentando a



rapidez do acesso, a quem deles necessite; investir na inovação e digitalização, como aspetos críticos para a prestação de melhores e mais eficientes, cuidados de saúde. Por último, todos temos a responsabilidade de reforçar os nossos sistemas de saúde, e em Portugal, em particular o SNS, para também assim estarmos mais bem preparados para enfrentar as próximas pandemias. Estou certa de que venceremos esses desafios.»

Em resposta às considerações feitas e às questões colocadas, a **Comissária Stella Kyriakides** concordou ser fulcral aproveitar todas as oportunidades dadas pela pandemia para ser pensado o trabalho futuro na área da saúde, lembrando que foram apresentadas propostas para uma União Europeia da Saúde mais robusta, de modo a responder aos problemas apontados e às expectativas dos cidadãos europeus, salientando igualmente a importância do Certificado Verde Digital, que permitirá a abertura de fronteiras e a circulação de pessoas de modo mais seguro e eficiente, bem como a estreita cooperação que tem sido desenvolvida com a OMS, pois a pandemia tem de ser enfrentada de modo global. Salientou ainda a coordenação e a colaboração entre a UE e os Estados-Membros, agradecendo o apoio dado aos programas de saúde europeus e dando ainda destaque ao reforço dos mandatos da EMA e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo.

O **Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** chamou a atenção para o momento marcante que se vive, em Portugal e na Europa, com o combate à pandemia provocada pela Covid-19, que constitui um grande desafio político, sanitário, económico e social, considerando que este combate contribuiu para a construção do projeto europeu e reforço da solidariedade entre os Estados-Membros. Destacou a importância da intervenção europeia no âmbito da testagem, aquisição de equipamentos de proteção individual, máscaras e ventiladores, colaboração entre profissionais e vacinação e que são importantes as respostas conjuntas, lembrando, por exemplo, o programa europeu EU4Health. No plano nacional português, o Programa de Governo assentou nos desafios estratégicos das alterações climáticas, da demografia, das desigualdades e da sociedade digital, tendo a pandemia aprofundado a importância de cada um deles, tendo aumentado a pressão sobre a transição demográfica, a transição de morbilidade, com preponderância de doenças crónicas, a aceleração do progresso tecnológico e a debilitação da capacidade de financiamento. Daí a importância do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assumido pela presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, bem como do reforço da cooperação entre os Estados-Membros na área da saúde, com vista a aumentar a capacidade de resposta dos serviços às ameaças de saúde pública. Durante esta crise, Portugal tem dado as respostas que foram exigidas em cada momento, considerando que, não obstante os impactos negativos resultantes da pandemia, esta restituiu a esperança numa Europa mais forte e mais coesa.

Nas suas observações finais, a **Presidente da Comissão de Saúde** sublinhou que as intervenções haviam espelhado, de forma muito lúcida, as preocupações dos europeus e destacou, como conclusões gerais, o impacto brutal na vida de todos, os efeitos na saúde física e mental de um grande número de cidadãos e o aumento das desigualdades sociais; os fortes impactos no mundo do trabalho, com uma alteração profunda na sua organização, passando o trabalho *online* a ser uma realidade constante; a necessidade de se ter uma perspetiva de futuro, mostrar resiliência e capacidade para articular de forma eficaz os sistemas de saúde europeus; a importância de se aumentar a vacinação e reforçar o papel da UE no processo de negociação das vacinas; que os sistemas de saúde foram colocados à prova e que os profissionais estão a fazer um esforço sem limites para responder às necessidades criadas pela pandemia; que os mais vulneráveis são os que mais têm sido atingidos, sendo imprescindível reforçar mecanismos de solidariedade e criar instrumentos que permitam ajudar os que mais sofrem.

3. Sessão II: Impacto socio-laboral da pandemia no emprego

Na segunda Sessão, presidida pelo Deputado **Pedro Roque**, dedicada à análise dos impactos socio-laborais da pandemia no emprego, foram abordadas as seguintes questões-chave: Que medidas adicionais podem ser implementadas a nível da União com vista à diminuição da taxa de desemprego nos jovens? De que forma podem os Estados-Membros melhorar o acesso ao emprego, a condições de trabalho justas e à proteção social?

O **Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social** começou por dar as boas-vindas aos participantes, enquadrando a conferência no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e sublinhando que o surto do vírus SARS-CoV-2 acentuou as desigualdades pré-existentes entre países com realidades socioeconómicas distintas, entre trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, entre homens e mulheres e entre jovens e menos jovens. Nesta ótica, considerou ser importante realçar que o relatório da Comissão Europeia sobre a avaliação preliminar do impacto do programa SURE, publicado em 22 de março de 2021, apresentou uma conclusão positiva: foi possível atenuar as graves consequências socioeconómicas da crise da Covid-19, contendo o aumento do desemprego nos 18 Estados-Membros beneficiários deste programa. Por outro lado, assinalou que questões como a igualdade de género e de transparência salarial, bem como a forma de participação no mercado de trabalho, os rendimentos e a conciliação da vida profissional e familiar não poderiam ser minoradas. Enfatizou ainda que o desafio da Europa, naquele momento, se cingia, por um lado, a dar resposta aos problemas imediatos e, por outro, a promover uma recuperação pós-pandemia que não deixasse ninguém para trás. Antevendo um mundo laboral pós-pandemia, o **Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social** sublinhou que os novos desafios

como o teletrabalho, as plataformas de trabalho e a automatização obrigariam os Estados-Membros a repensar a proteção social. Terminou a sua alocução fazendo uma breve antevisão do tema previsto para a reunião em curso, cumprimentando e apresentando os oradores da segunda sessão.

Ana Mendes Godinho⁶, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), principiou por mencionar que, numa Europa profundamente abalada por uma pandemia imprevisível, foi o Estado Social que garantiu uma resposta adequada às famílias, trabalhadores e empresas. Enalteceu ainda a importância da resposta europeia coordenada e realçou a criação de programas como: o instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa emergência (SURE) ou a iniciativa para Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REact-EU). Segundo a MTSSS, sem uma coordenação ao nível Europeu, países como Portugal teriam uma dificuldade acrescida em responder à pandemia. Anteviu ainda que esta coordenação seria fundamental na fase de recuperação económica que se avizinhava. Ao nível das políticas nacionais adotadas, sublinhou que a prioridade do Governo português incidiu no reforço da qualificação e capacitação dos jovens, referindo o desiderato de, até 2023, todos os desempregados terem uma oferta de formação na área digital, adequada ao seu nível de qualificação e perfil de competências. Mencionou ainda a preconizada elaboração de um Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho como forma de promoção de uma agenda de trabalho digno, mediante: a regulamentação de novas formas de trabalho conexas com as transformações no trabalho e na economia digital (plataformas digitais, teletrabalho, nómadas digitais, entre outras); o reforço das áreas estratégicas e com potencial de crescimento ao nível do emprego; e a criação de programas de requalificação e reconversão no mercado de trabalho.

O orador seguinte, **Nicolas Schmidt**, Comissário Europeu para o Emprego e os Direitos Sociais, referiu que a perspetiva económica atual era positiva, ainda que fosse necessário relançar a economia europeia muito rapidamente. A propósito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e recordando as palavras do Primeiro-Ministro português, António Costa, manifestou a sua concordância com a opinião de que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais refletia a marca europeia e o modelo social da Europa. Declarou que, em consequência da situação pandémica em que vivemos, a União Europeia perdeu seis milhões de postos de trabalho, sendo fulcral criar mais programas de apoio que permitam, não só a manutenção dos postos de trabalho existentes, como a criação de emprego. Nas suas palavras, «os jovens são as primeiras vítimas da crise», pelo que uma das prioridades da Europa deveria residir na sua formação, de modo a permitir que os que estão desempregados ou à procura de emprego logrem encontrar trabalho. Denunciou

⁶ Intervenção integral da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social neste [link](#).

que existia uma desadequação entre os trabalhos que estão disponíveis e os trabalhadores com formação adequada para os executar, opinando que deveria existir maior mobilidade de trabalhadores para os setores em declínio. Referindo-se à pobreza na Europa, sinalizou que a União Europeia criou a Garantia para a Infância para proteger as crianças da pobreza extrema, e também que em 21 de junho seria discutida uma nova proposta para apoiar cidadãos europeus que não tenham casa, e por último que continuaria a ser discutida a criação de um salário mínimo para os Estados-Membros que ainda não tivessem adotado esse limiar.

Nesse momento, o **Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social** agradeceu as intervenções dos oradores e abriu as inscrições para os delegados que desejassem formular questões ou comentários ao que foi discorrido.

Na discussão, os oradores trocaram pontos de vista sobre a necessidade de garantir os direitos dos trabalhadores e evitar a desregulação do mercado, melhorar o rendimento dos trabalhadores mais vulneráveis, em paralelo com o necessário reforço da capacidade dos sistemas de saúde. Foi ainda abordada a necessidade de encontrar respostas comuns de combate às desigualdades.

Helga Correia, Deputada à Assembleia da República, mencionou que a crise de saúde pública provocada pela Covid-19 se transformou numa crise económica e social, com impacto no mercado de trabalho e nas empresas. Portugal, que desde 2014, registava uma trajetória de crescimento e recuperação da crise anterior, viu a recuperação do país inverter-se. Destacou igualmente que a massificação do teletrabalho trouxe novos desafios ao Estado Português, e que durante aquele período se criaram apoios às empresas com vista à manutenção de postos de trabalho. Por outro lado, denunciou que o agravamento da crise viera demonstrar que os apoios eram, em muitos casos, insuficientes, pelo que importava garantir uma continuidade das medidas de apoio social. Salientou que esta crise veio acentuar as desigualdades entre jovens e menos jovens e entre homens e mulheres. Concluiu resumindo que importava assim perceber qual o papel da UE na contenção dos níveis de desemprego e em que medida deveriam ser reforçados os apoios já existentes.

Em resposta às considerações feitas e às questões colocadas, a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**, depois de agradecer os contributos de todos os participantes, reiterou o consenso verificado quanto à necessidade de reforçar o papel do Pilar Europeu como instrumento fundamental para a recuperação económica e social. Assim, sinalizou que se vivia uma fase crítica na afirmação da Europa social, frisando, quanto aos *dossiers* em análise, a diretiva europeia relativa aos salários mínimos na UE, mas também a Garantia para a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde - Comissão de Trabalho e Segurança Social

Infância e o lançamento da plataforma dedicada às pessoas em situação de sem-abrigo, tendo em vista a assunção de respostas comuns. Por outro lado, realçou que todos se haviam referido à importância da adoção de mecanismos ágeis para a criação de emprego e para a proteção das pessoas mais vulneráveis, através da mobilização de recursos financeiros, no âmbito dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência. Destarte, vincou o significado do Plano de Ação de concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e o momento único que teria lugar na Cimeira Social do Porto de maio, deixando o convite e o repto para que aí se definissem de forma clara e inequívoca as prioridades europeias. Aproveitou ainda para aludir aos objetivos traçados, no que concerne à criação de emprego, *maxime* jovem, à igualdade entre homens e mulheres, às qualificações e ao combate à pobreza, que no seu entender deveriam integrar o Semestre Europeu, a fim de criar os instrumentos necessários para alavancar a ambição enunciada, almejando-se sempre uma solução comum para as dificuldades enfrentadas.

Por seu turno, o **Comissário Nicolas Schmidt**, começou por agradecer a participação e o empenho demonstrado por uma Europa social, argumentando que a crise havia demonstrado que investir em equipamentos e serviços de qualidade reforçava a resiliência das sociedades e economias, acrescentando que a Cimeira Social do Porto, de maio, poderia deixar uma mensagem forte, de maior convergência social na Europa. Por conseguinte, previu que a agenda do Porto orientaria as políticas dos próximos anos, com uma economia ao serviço de todos, tal como afirmado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen. Garantiu ainda o empenho na transparência salarial e na luta pela igualdade de género, já que as mulheres têm vindo a pagar um preço superior durante esta crise, não só as que se encontravam na linha da frente, mas também as que haviam perdido os seus postos de trabalho. Posto isto, fez referência à proposta sobre os salários mínimos europeus, que reputou de necessária para enfrentar crises como esta, procurando evitar que as pessoas caíssem numa situação de pobreza. Prosseguiu aludindo às transições verde e digital, e bem assim aos seus impactos no mercado de trabalho, recordando que os Estados-Membros haviam sido convidados a investir nas suas infraestruturas sociais, mas também na requalificação dos mais afetados pela pandemia. Notou que a Comissão aumentou o financiamento dos apoios aos mais desfavorecidos, tal como exprimiu que a Garantia para a Infância seria a melhor ferramenta para assegurar o futuro das crianças que não tinham os meios adequados, sobretudo em tempos de aprendizagem à distância, ressaltando que todas as crianças deveriam beneficiar das mesmas oportunidades. Por último, assinalou que a Comissão apresentaria um Plano de Ação para a recuperação da Economia Social, ajudando as pessoas, sobretudo as mais vulneráveis, a encontrar emprego, e promovendo outras medidas no âmbito da economia circular.

Nas suas observações finais, o **Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social** manifestou a sua concordância quanto ao referido pelos intervenientes, sublinhando que a dimensão social fora particularmente afetada pela pandemia da doença Covid-19. Assinalou ainda que, no decurso das intervenções, foi possível registar uma convergência de opiniões no sentido de que as soluções passariam necessariamente pela implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, garantindo igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas, proteção social e inclusão. Alegou que o empreendedorismo e o trabalho por conta própria deveriam ser reforçados, uma vez que promovem a criação de empresas por desempregados e pessoas de grupos vulneráveis, o apoio aos empresários sociais e o microfinanciamento. Na sua ótica, o foco deveria incidir igualmente sobre a melhoria das competências para os empregos já existentes, de requalificação profissional e de aprendizagem ao longo da vida, conforme consagrado no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Por fim, defendeu que o apoio ao emprego jovem deveria estar no centro da agenda europeia, contribuindo para fomentar as medidas de apoio a jovens que não estudam e não trabalham, ou estão em situação de desemprego.

4. Sessão III - Pilar Europeu dos direitos sociais: implementação do Pilar e reforço dos sistemas de saúde

Na terceira Sessão, presidida pela Deputada **Maria Antónia de Almeida Santos** e pelo Deputado **Pedro Roque**, subordinada ao tema «*Pilar Europeu dos direitos sociais: implementação do Pilar e reforço dos sistemas de saúde*», foi discutida a seguinte questão: Quais as medidas-chave que podem ser tomadas ao nível da UE com vista à redução da pobreza no trabalho?

A **Presidente da Comissão de Saúde** abriu a última sessão, sublinhando que a crise provocada pela Covid-19 tem assumido uma gravidade sem precedentes, não só ao nível da saúde pública, como também ao nível laboral e social. Tendo em consideração que a Agenda Social é uma das grandes prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, deu especial destaque à já referida Cimeira Social, a realizar em maio, na cidade do Porto, com a presença dos parceiros sociais europeus, representantes de entidades da sociedade civil, líderes políticos dos Estados-Membros e responsáveis das instituições comunitárias, para assinarem uma declaração sobre o desenvolvimento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Deu nota, ainda, que, no dia seguinte, teria lugar o Conselho Europeu informal, onde seria aprovada a Declaração do Porto sobre o pilar social. Recordou o reconhecimento generalizado de que é fundamental alcançar um funcionamento mais justo e eficaz dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social ao nível da igualdade de oportunidades, do acesso ao mercado de trabalho, da

proteção social, dos cuidados de saúde, da aprendizagem ao longo da vida, do equilíbrio entre vida profissional e familiar e da igualdade salarial entre homens e mulheres. Aludiu ao objetivo de aprovar um programa com medidas concretas para executar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Passou, de seguida, a palavra ao orador convidado para esta sessão, o Presidente do Conselho Económico e Social português, Dr. Francisco Assis, a quem agradeceu a presença.

Francisco Assis trouxe uma reflexão que ligou as questões da saúde ao processo de construção europeia, começando por lembrar o projeto de criação, ainda numa fase embrionária do projeto europeu, de uma Comissão Europeia da Saúde, que visava a promoção do projeto europeu em torno de questões caras aos cidadãos europeus, visando a harmonização e cooperação a diversos níveis, mas que não singrou. Destacou ainda a importância da resposta económica e financeira dada pela Europa às necessidades trazidas pela pandemia, nomeadamente a política de aquisição de vacinas em bloco e a sua distribuição pelos Estados-Membros, e salientou que esta crise mostrou bem a importância da dimensão social da política europeia, descrevendo a Europa como uma região que motiva a democracia pluralista, que valoriza a economia de mercado e que promove o Estado social, por todos reconhecido como garante fundamental da dignidade do ser humano, sendo por isso essencial reforçar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Seguiu-se um período de debate, em que intervieram Deputados de diversas delegações, que sublinharam a importância da definição de medidas concretas com vista à redução da pobreza no trabalho, bem como à promoção da justiça e igualdade no trabalho, tendo sido manifestada uma grande expectativa quanto à Cimeira Social do Porto, porquanto sendo uma Cimeira centrada no Plano de Ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, foi reconhecida como tendo uma importância vital e decisiva na concretização daquele objetivo.

Ana Rita Bessa, Deputada à Assembleia da República, enfatizou que, numa perspetiva global, todas as delegações reconheciam existir uma forte relação entre sistemas de proteção social e sistemas de saúde. Recordando a intervenção do Dr. Francisco Assis, admitiu existir uma miríade de modelos nos vários países da UE relativamente a estes dois sistemas. No que se refere ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, declarou que os 20 princípios nele previstos emanavam uma forte mensagem, não só no seio da Europa, mas também no exterior. Afirmou que o verdadeiro desafio residia na existência de realidades sociais, económicas, institucionais e de políticas públicas díspares em toda a Europa e na necessidade de as mesmas convergirem nas metas e objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Partilhou o seu entendimento de que, na aplicação deste Pilar, fosse atendido o facto de a Europa ser uma nação envelhecida e que, por essa razão, deveria ter particular enfoque nos cuidados e apoios sociais a uma camada da população mais idosa, que demonstrou particular fragilidade durante a pandemia Covid-19.

Francisco Assis referiu ser imperioso resolver de modo articulado os problemas de saúde, sendo igualmente fundamental avançar mais na dimensão social, reforçando-a e adequando-a às exigências orçamentais, frisando ainda a articulação que deve existir entre a segurança social e a saúde, no que concerne à questão do envelhecimento. Referiu que a presente crise veio chamar a atenção para as novas formas de organização do trabalho, que se mostra necessário regular e para os trabalhadores em situação de pobreza, problema gravíssimo que reclama uma discussão séria. Por fim, destacou a importância do diálogo entre os diversos Parlamentos nacionais como complemento da atividade do Parlamento Europeu.

Nas suas observações finais, o **Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social** refletiu sobre o impacto da crise provocada pela Covid-19, sublinhando que seria certamente a crise mais grave e profunda que a União Europeia conheceu desde a sua fundação, tanto em termos sanitários como em termos laborais e sociais. Referiu, a este respeito, que a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, ciente dessa realidade, incluiu no seu programa objetivos atinentes ao emprego, política social e saúde, pretendendo promover a inclusão da dimensão social na formulação da política económica, industrial e digital e na implementação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência. Por outro lado, mencionou que a resposta da União Europeia à pandemia resultou na adoção de medidas em várias áreas, de modo a enfrentar a crise e a reduzir o seu impacto social e económico, a promover a solidariedade e a reforçar o setor da saúde nos Estados-Membros.

A propósito do importante papel da União Europeia neste domínio, sublinhou a vacinação contra a Covid-19, a avaliação e criação do Certificado Verde Digital, e o lançamento da Incubadora Hera, a qual contribuirá para munir a Europa de ferramentas importantes para enfrentar as variantes do vírus SARS-COV-2. Concluiu manifestando confiança que a Cimeira Social de alto nível, centrada no plano de ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e seguida de uma reunião informal dos chefes de Estado e de Governo, a 7 e 8 de maio, na cidade do Porto, contribuiria para um forte e decisivo impulso na concretização e cumprimento das metas propostas no Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde - Comissão de Trabalho e Segurança Social

III. Notas Finais

Para além dos documentos citados e mencionados em nota de rodapé, toda a documentação referente à Conferência Interparlamentar coorganizada pela Comissão de Saúde e pela Comissão de Trabalho e Segurança Social: «*Covid-19: impacto na saúde e efeitos sociais*» podem ser consultados neste [link](#).

Assembleia da República, 13 de maio de 2021

A Presidente da Comissão de Saúde

(Maria Antónia de Almeida Santos)

O Presidente da Comissão de Trabalho e
Segurança Social

(Pedro Roque)